

Divaldo Suruagy

As precárias condições sócio-econômicas e a completa falta de perspectivas a que estão submetidos os trabalhadores brasileiros, e, pior, as ameaças perpetradas à categoria pelo governo Collor, que pretende abolir garantias constitucionais e tradicionais direitos dos que efetivamente constroem esta Nação, explicam a absoluta apatia que caracterizou o transcurso do Dia do Trabalho. Não bastassem as mazelas que afligem as classes trabalhadoras, como salários aviltantes, fome, desemprego, previdência fracassada e insegurança, o Governo, traido milhões de assalariados seduzidos durante a campanha eleitoral, investe agora contra a estabilidade dos servidores públicos e contra as esperanças daqueles que, após uma vida inteira de trabalho, se julgam merecedores de uma legal e honesta aposentadoria.

Paralelamente a esses ataques, que têm como alvo a população sofrida e frequentemente miserável, Sua Excelência cerca-se, no poder, de ministros e auxiliares com duplos empregos e fortes vínculos na estrutura do poder arcaica e viciada, verdadeiros representantes da estrutura social e econômica que em seus comícios jurara destruir.

Desfraudou o sr. Fernando Collor, em sua campanha eleitoral, a bandeira dos descalços e descamisados. Passados quase 15 meses de sua posse, milhões de brasileiros que confiaram em suas promessas continuam igualmente descalços e descamisados — e bem mais desnutridos. O Governo implantou a mais brusca recessão que o País conheceu, arrojou violentamente os salários e elevou os níveis de desemprego a patamares assustadores. Os atuais governantes, sustendo dificuldades em conter a ganância dos poderosos, em rejeitar a influência dos cartéis, em persuadir os credores externos, canalizaram sua fúria contra os assalariados, aqueles que não têm poder de barganha, contra os pequenos e os humildes.

O poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros jamais foi tão baixo. O salário mínimo representa, hoje, 26 por cento do poder de compra que tinha quando foi criado, em 1940. Dos 13 milhões de aposentados, oito milhões não recebem, sequer, o piso nacional de salário.

Não se pode atribuir toda esta miséria ao governo Collor. Entretanto saltá à vista o descaso do Governo em defender a população mais carente. As estatísticas comprovam a realidade

Descamisados

de que estamos vivendo. Somente na Grande São Paulo o número de desempregados é hoje superior a um milhão, e os trabalhadores que conseguem manter-se em atividade sofreram cruel redução nos salários. Diante disso, conclui-se que o sr. Fernando Collor tem insistido no erro, por miopia ou falta de estratégia. Por miopia, terá alvejado os marajás e acertado, até agora, os descamisados; por falta de estratégia entenderá que inflação e pobreza se combatem com pobreza maior. Trata-se da única conclusão possível, no momento em que o Governo anuncia mais demissões em massa, quando investe contra a estabilidade do servidor público e contra a aposentadoria por tempo de serviço.

Criar bandos de desempregados, enormes contingentes de miseráveis numa economia em recessão, não pode ser a panacéia para os nossos males. Seria melhor que o Estado ampliasse e melhorasse os serviços públicos, que não atendem a contento o contribuinte. Ao invés de despedir o servidor que trabalha, deve-se eliminar os casos de duplo salário, como ocorre à volta do Presidente da República, ou executar a tarefa que tanto alardeou, de acabar com os marajás.

A estabilidade do servidor público, garantida pela Constituição, não é o jeitinho brasileiro nem privilégio de alguma casta. É um direito que se concede aos funcionários públicos em quase todo o mundo, inclusive nas nações mais desenvolvidas, para evitar que o trabalhador fique à mercê de políticos e administradores inescrupulosos.

A alternância de governantes e partidos políticos no poder é saudável, democrática, mas o rodízio de servidores públicos traz prejuízo para a administração, impede a continuidade das tarefas e, efetuando-se à mercê de interesses pessoais ou posições ideológicas, é mais que danoso, é imoral. Na iniciativa privada, o rendimento do trabalhador sai do bolso do patrão. Este manterá o empregado mais competente e produtivo. No serviço público, quem paga é o Estado. O chefe de seção, gerente ou diretor, seja funcionário de carreira ou não, frequentemente valorizará a estima pessoal e a posição político-ideológica, às vezes até partidária, na contratação ou dispensa do servidor, em detrimento dos requisitos de competência, probidade e produção.

O serviço público francês manteve-se incólume ao longo do tempo, sobrevivendo a todas as crises, con-

tribuindo para a boa administração, regularidade e eficiência no atendimento ao cidadão, para o desenvolvimento dos grandes projetos nacionais. Na Inglaterra, a estabilidade do serviço público, contribuiu e contribui para a estabilidade do próprio sistema de governo, apesar do envolvimento daquela nação em numerosas guerras — duas delas mundiais.

O Governo ameaça a classe trabalhadora também com a intenção de extinguir a aposentadoria por tempo de serviço, direito garantido pela Carta Magna e que, a exemplo do instituto da estabilidade, só poderia ser suprimido por meio de emenda constitucional. Penalizar sempre mais o trabalhador brasileiro: eis aí a fórmula para solucionar todos os problemas da Nação.

Na Inglaterra, o governo tem aposentado a população mais idosa compulsoriamente, para abrir o mercado de trabalho à juventude. No Brasil, com dificuldades de caixa, o Governo, ao invés de aposentar compulsoriamente, pretende exatamente dificultar a aposentadoria.

Nos países desenvolvidos, os trabalhadores, recebendo salários dignos, aplicam em sistema de previdência complementar. No Brasil, contribuindo obrigatoriamente e raramente utilizando os benefícios enquanto se mantém na ativa, o trabalhador tem na aposentadoria quase que o único consolo para uma vida inteira de labuta e de contribuições.

Em nosso País, a luta pela sobrevivência inicia na infância. Aos 14 anos, milhões de brasileiros começam a trabalhar profissionalmente, muitas vezes acumulado essas atividades com o estudo à noite. O brasileiro é mal remunerado, tem alimentação e saúde precárias e é completamente desassistido pelo Poder Público. Para manter-se vivo e garantir o sustento da família, sujeita-se ao subemprego e a atividades insalubres ou perigosas. Os casos de estafa e perturbações mentais engrossam as estatísticas oficiais. Ao impedir a aposentadoria por tempo de serviço, poderá o Governo detonar uma verdadeira bomba, aumentando o número de doentes e sujeitando-se a pagar, em vez da simples aposentadoria, tratamento médico e aposentadoria por invalidez. É bom lembrar, ainda, que a esperança média de vida, no Brasil, é de 62 anos e no Nordeste, a média cai para 57 anos.